

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da MAPFRE Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Contábeis Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A MAPFRE Capitalização tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização aprovados pela SUSEP, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo		124.411	96.490
Circulante		488	203
Disponível		488	203
Caixa e bancos		510.822	87.203
Aplicáveis		8.842	5.663
Créditos das operações de capitalização		6	6
Títulos e créditos a receber		4.187	2.688
Títulos e créditos a receber		788	309
Créditos tributários e previdenciários		7	3.017
Depósitos judiciais e fiscais		20	—
Outros créditos		362	344
Outros valores e bens		66	19
Outros valores		66	19
Despesas antecipadas		5	9
Ativo não circulante		8.501	1.105
Realizável a longo prazo		7.978	514
Aplicáveis		5	7.664
Títulos e créditos a receber		315	224
Créditos tributários e previdenciários		7	315
Imobilizado		335	405
Bens móveis		335	405
Intangível		188	186
Outros intangíveis		188	186
Total do ativo		132.912	97.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

A Companhia apresentou R\$ 54,2 milhões de receita líquida com títulos de capitalização (R\$ 50,7 em 2016), que representam um incremento de 7,0% sobre o ano anterior, decorrente de ações para aumento nas vendas de planos de capitalização nas modalidades incentivo e tradicional.
A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 4,6 milhões, aumento de 2,5% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo aumento na arrecadação de títulos.
As provisões técnicas totalizaram, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 107,3 milhões (R\$ 77,9 milhões em 31 de dezembro 2016).
Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Capitalização S.A., uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos de Administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas

	Notas	2017	2016
Passivo		111.908	80.067
Circulante		4.327	1.963
Contas a pagar		8	3.225
Obrigações a pagar		3.225	1.413
Impostos e encargos sociais a recolher		95	51
Encargos trabalhistas		9	304
Impostos e contribuições		652	54
Depósitos de terceiros		285	162
Provisões técnicas - capitalização		10	107.296
Provisão para resgates		92.555	64.916
Provisão para sorteio		14.545	12.888
Provisão para distribuição de bônus		69	48
Outras provisões		127	90
Outros Débitos		16a	1
Provisões Judiciais		12	21.003
Patrimônio líquido		12	12.000
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		9.003	5.228
Total do passivo e do patrimônio líquido		132.912	97.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12.000	3.758	1.251	—	17.009
Dividendos pagos antecipadamente-AGE de 16 de dezembro de 2016	—	(2.834)	—	—	(2.834)
Juros sobre o Capital Próprio pagos antecipadamente - AGE de 16 de dezembro de 2016	—	—	—	(1.166)	(1.166)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	4.519	4.519
Proposta para distribuição de lucro líquido:					
Reserva Legal	—	—	226	(226)	—
Reserva Estatutária	—	3.127	(3.127)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.000	4.051	1.477	—	17.528
Lucro líquido do exercício	—	—	—	4.633	4.633
Proposta para distribuição de lucro líquido:					
Reserva Legal	—	—	174	(174)	—
Reserva Estatutária	—	3.301	(3.301)	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	(1.158)	(1.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.000	7.352	1.651	—	21.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2017	2016
(+) Receita líquida com títulos de capitalização		54.242	50.706
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	11a	203.895	183.546
(+/-) Variação da provisão para resgate	13a	(149.653)	(132.840)
(+) Variação das provisões técnicas		(1.024)	(59)
(+) Resultado com sorteio		(32.278)	(33.308)
(-) Custos de aquisição		(3.361)	(2.363)
(-) Outras receitas e despesas operacionais		(181)	(1.036)
(-) Outras receitas operacionais		358	270
(-) Outras despesas operacionais		(539)	(1.306)
(-) Despesas administrativas		(12.597)	(12.377)
(-) Pessoal próprio		(6.216)	(5.632)
(+) Serviços de terceiros		(4.303)	(3.761)
(+) Localização e funcionamento		(1.224)	(1.147)
(+) Publicidade e propaganda		(22)	(117)
(+) Publicações		(90)	(95)
(+) Donativos e contribuições		(24)	(89)
(+) Despesas administrativas diversas		(1.078)	(1.536)
(-) Despesas com tributos		(1.242)	(950)
(+) Resultado financeiro		5.966	7.429
(+) Receitas financeiras		10.979	11.797
(-) Despesas financeiras		(5.013)	(4.368)
(-) Resultado operacional		9.164	8.042
(-) Resultado antes dos impostos e participações		9.164	8.042
(-) Imposto de renda		(2.137)	(1.492)
(-) Contribuição social		(1.706)	(1.263)
(-) Participações sobre o lucro		(688)	(768)
(-) Lucro líquido		4.633	4.519
(+) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(-) Lucro líquido por ação		0,39	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	4.633	4.519
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos:	4.633	4.519
Atribuível aos acionistas Controladores	4.633	4.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

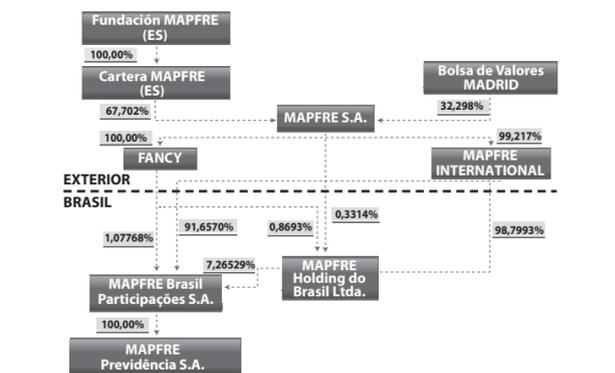
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	4.633	4.519
Ajustes para:	(4.578)	4.296
Depreciações e amortizações	262	209
Variação das provisões técnicas	(4.840)	4.088
Provisões judiciais	—	(1)
Lucro líquido ajustado	55	8.815
Variação nas contas patrimoniais:	5.283	(1.403)
Aplicações financeiras	(30.288)	(11.789)
Créditos das operações de capitalização	(3.180)	(218)
Créditos tributários e previdenciários	(1.073)	(659)
Outros ativos	(565)	(522)
Impostos e contribuições	4.242	3.118
Despesas antecipadas	5	3
Depósitos de terceiros	123	162
Provisões técnicas - capitalização	34.195	8.599
Outras contas a pagar	1.824	263
Caixa gerado pelas operações	5.338	7.772
Imposto de renda sobre o lucro pago	(2.060)	(1.895)
Contribuição social sobre o lucro pago	(1.643)	(1.575)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.635	4.302
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	—	28
Imobilizado	—	28
Pagamento pela compra:	194	(337)
Imobilizado	(59)	(207)
Intangível	(135)	(130)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(194)	(309)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre o Capital Próprio	—	(991)
Proposta para distribuição de Dividendos	(1.158)	(2.834)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.158)	(3.825)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	284	168
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	203	35
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	488	203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00.
A Companhia integra o Grupo MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em São Paulo, Brasil. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo.
Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Declaração de conformidade: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. Essas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro 2018.
b) Base para mensuração e moeda funcional: As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Companhia é o Real.
c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação a estimativas, contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3b e 5 - Aplicações financeiras; Notas 3f e 10 - Provisões técnicas; Notas 3a e 16 - Provisões, passivos e ativos contingentes e; Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social.
d) Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 meses e posterior a 12 meses, respectivamente.
e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes, encontra-se o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 - Receita de contratos com cliente, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A IFRS 17 - Contratos de seguros, substituirá a IFRS 4 referente a realização da contabilização de contratos de seguro usando normas contábeis nacionais. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021. As alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações serão avaliados e concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.
a) Caixa, bancos e equivalentes de caixa: Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento, utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
b) Aplicações financeiras: A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda e a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e; (iv) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. (v) Ativos disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. (vi) Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.
d) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado, compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.
e) Intangível: Compreende substancialmente projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.
f) Provisões técnicas: A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial.
Taxas e carregamento dos principais títulos

Processo SUSEP	Carregamento	Tipo	% Taxa
15414.000959/2008-16	PJ	25	7,5
15414.000962/2008-30	PJ	15	7,5
15414.005390/2011-81	PJ	5,79	7,5
15414.900556/2013-36	PJ	5,79	7,5
15414.901225/2013-13	PJ	16,46	7,5
15414.900281/2015-01	PJ	2	7,5

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.
• Risco de subscrição;
• Risco de crédito;
• Risco de liquidez;
• Risco de mercado;
• Risco operacional.
A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, para garantir a regularização de cada um dos riscos corporativos globais. O Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (Compliance), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes Comitês: **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de Compliance tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. **Comitê de Auditoria:** órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as Demonstrações Financeiras Individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de Compliance, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de Estratégia Financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a sinanças. É de competência deste Comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil:** objetivando que a estrutura de governança seja mais efetiva e dinâmica, onde o acompanhamento dos assuntos de gestão de risco, atuarial controle interno e compliance, passam a ser analisados e avaliados por este Comitê. **Comitê de Riscos e Compliance:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de Governança Corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

avaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria. **f) Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **g) Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/15 (alterada pela Resolução nº 343/2016, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis									
Patrimônio Líquido (+/-)									
Despesas antecipadas (-)									
Ativos intangíveis (-)									
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)									
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos									
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento (+/-)									
Superavit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contingências Registradas (+)									
Ajustes econômicos (b)									
3. Capital Mínimo Requerido									
Capital base - CB									
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)									
Capital de risco de crédito									
Capital de risco de subscrição									
Capital de risco operacional									
Capital de risco de mercado									
Correlação entre os riscos									
(-) Limite de capital de risco operacional (30% dos demais)									
Capital mínimo requerido (c)									
Suficiência de capital (d = a + b - c)									
Suficiência de capital (d/c)									
Índice de Solvência (e = (a + b)/c)									

Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP 321/15 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponde a 100% em 31 de dezembro de 2017. O capital remanescente é exigido em até 31 de dezembro de 2017. As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta liquidez de 360% equivalente a R\$ 3.104 como se segue:

Capital de risco (a)	3.104
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/165- 20% sobre CR	360%
Ativos livres - vide nota explicativa 10	11.189

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico. Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos a valor justo	Vencimento			Ativos			Total				
	(A)	(B)	(C)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Curva	Valor Ganho/(Perda) Não Realizada		%	%		
2017	60.543	50.280	-	110.823	110.734	110.823	-	110.823	100%	75.997	100%
Fundos de investimentos											
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.453,338	50.244	-	95.582	95.493	95.582	-	95.582	86%	74.189	98%
Operações compromissadas (*)	15.017	-	-	15.017	15.017	15.017	-	15.017	14%	1.308	2%
Títulos da dívida agrária - TDA	2.203	36	-	239	239	239	-	239	0%	485	0%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	(15)	-	(15)	(15)	(15)	-	(15)	0%	15	0%
III. Títulos mantidos até o vencimento	-	3.785	3.879	7.664	7.664	9.034	1.370	7.664	100%	12.201	100%
Fundos de investimentos											
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	3.599	3.599	3.599	4.597	998	3.599	47%	-	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	3.785	280	4.065	4.437	372	4.065	53%	12.201	100%
Total geral	60.543	54.065	3.879	118.487	118.398	119.857	1.370	118.487		88.198	

(*) com lastro em títulos públicos

b) Movimentação das aplicações financeiras:

Descrição	2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos/Atualizações	2017
Fundo de investimento exclusivo Carteira Própria	88.198	107.839	(87.707)	10.157	118.487
Total	88.198	115.900	(96.194)	10.583	118.487
Descrição	2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos/Atualizações	2016
Fundo de investimento exclusivo	76.409	105.217	(105.079)	11.651	88.198
Total	76.409	105.217	(105.079)	11.651	88.198

A Companhia possui capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 Brasil, Bolsa Balcão (antiga BM&F), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. **d) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todas as aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são Nível 1.

e) Taxa de juros contratada

	Maior taxa	Menor taxa
LFT	1,73%	0,01%
LTN-O	6,88%	0,01%
NTN-B	7,50%	7,35%
NTN-F	10,60%	12,91%
TDA	9,02%	10,05%

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Referem-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização do mês:

	Vencidos 1 a 30 dias	Vencidos 31 a 180 dias	Total Geral
Créditos das Operações	4.639	4.203	8.842

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Ativo	2017	2016
Tributos a compensar	3.017	2.035
Total circulante	3.017	2.035
IRPJ - Adições temporárias	175	124
CSLL - Adições temporárias	140	100
Total não circulante	315	224

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2017	2016
Fornecedores e outras obrigações a pagar	2.461	792
Participação dos Lucros	683	479
Compartilhamento de despesas (Nota 17b)	92	142
Obrigações a pagar	3.236	1.413

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
Imposto de Renda	2.188	1.543
(-) Antecipação de imposto de renda	(2.060)	(1.543)
Contribuição Social	1.746	1.304
(-) Antecipação de contribuição social	(1.642)	(1.304)
COFINS	60	50
PI/PASEP	10	8
Outras Contribuições	-	(4)
Total	302	54

10. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2017	2016
Provisões técnicas	107.296	77.942
Total a ser coberto	107.296	77.942
Ativos garantidores		
Quotas de fundos de investimentos	118.486	88.198
Total de aplicações oferecidas em cobertura:	118.486	88.198
Ativos livres	11.189	10.256

11. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

2017	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Outras Provisões	Total das Provisões
Saldo no início do exercício	62.333	2.583	5	12.883	138	77.942
Constituição de provisão	154.342	10	38.075	34.385	261	227.073
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	4.830	22	-	92	11	4.955
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(34.404)	-	(34.404)
Resgate Solicitado	-	-	-	-	-	-
Pagamento de resgates	-	(123.818)	-	-	-	(123.818)
Títulos cancelados	(2.524)	-	-	-	-	(2.524)
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	277	277
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	(250)	(250)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(36.603)	-	-	(36.603)
Transferência PRA	(74.227)	74.227	-	-	(20)	(20)
Transferência PRV	(56.239)	56.239	-	-	-	-
Transferências PDB	-	20	-	-	-	20
Outros ajustes	(146)	(5.097)	(515)	628	(222)	(5.352)
Saldo no final do exercício	88.369	4.186	962	13.584	195	107.296
2016	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Outras Provisões	Total das Provisões
Saldo no início do exercício	50.791	1.578	5	12.797	84	65.255
Constituição de provisão	134.306	(33)	39.378	39.367	47	213.065
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	4.003	35	-	271	2	4.311
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(40.675)	-	(40.675)
Pagamento de resgates	-	(124.410)	-	-	(1)	(124.411)
Títulos cancelados	(1.220)	-	-	-	-	(1.220)
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	199	199
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	(198)	(198)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(39.378)	-	-	(39.378)
Transferência PRA	(83.520)	83.519	-	-	-	(1)
Transferência PRV	(41.898)	41.898	-	-	-	-
Transferência PDB	-	1	-	-	-	1
Outros ajustes	(129)	(5)	-	1.123	-	989
Saldo no final do exercício	62.333	2.583	5	12.883	48	77.942

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DIRETORIA				
WILSON TONETO Diretor Presidente	ELÍSEO JOÃO VICIANA Diretor	RENATO FERNANDES Diretor	MIGUEL GÓMEZ BERMUDEZ Diretor	MÁRCIO VINCENZI JAGER CRC - 1SP258226/O-1
				VERA LÚCIA FERNANDES LOPES MIBA nº 817

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e aos Acionistas da **MAPFRE Capitalização S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 12.000 e estão representadas por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** Constituída no final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	4.633	4.519
Dividendos propostos no exercício	1.158	-
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	-	1.166
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	-	2.834
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	1.158	4.000
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	89%
Distribuição dos dividendos:		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	1.158	2.834
Quantidade de ações:		
- Ações ordinárias	12.000.000	12.000.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	0,10	0,33
d) Reserva estatutária: Conforme previsto no artigo 24º do Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, foi transferida à conta de reserva estatutária.		

13. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Arrecadação com títulos de capitalização

	2017	2016
Incentivo	134.476	131.614
Tradicional	72.132	53.667
Cancelamento de		

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras do Ano Findo em 31 de Dezembro de 2017

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A., foi instituído nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Superintendência de Seguros Privados, e do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras das Companhias, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das Companhias, de acordo com as práticas contábeis

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e sobre demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência acima referidos da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Comitê reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria das empresas MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o ano findo em 31 de dezembro de 2017, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

Nilton Maia Sampaio - Coordenador

Mário de Almeida Rossi - Membro Titular

Rogério Soares - Membro Titular

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. 04711-904

São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas

Total de provisões técnicas

2. Demonstrativo do Capital Mínimo

Capital Base (a)

Capital de Risco (CR) (b)

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)

3. Demonstrativo da Solvência

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)

Exigência de Capital (CMR) (b)

Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)

Ativos Garantidores (d)

Total a ser Coberto (e)

Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)

Ativos Líquidos (g)

Capital de Risco (CR) (h)

Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

31/12/2017

107.296

31/12/2017

10.800

3.104

10.800

31/12/2017

20.810

10.800

10.010

118.486

107.296

11.190

11.190

3.104

360%